

Ainda há espaço para fusões na saúde após Dasa e Amil

Analistas dizem que concentração do setor pode elevar sua sustentabilidade

Tamara Nassif

SÃO PAULO A fusão da Dasa e da Amil, anunciada na sexta-feira passada (14), é o prelúdio para um movimento que deve se intensificar nos próximos anos: o de concentração de grandes empresas no setor de saúde.

Para especialistas consultados pela Folha, há espaço para que mais companhias unam operações no ramo, visto como muito fragmentado em diversos elos da cadeia — desde prestadoras de serviço, como hospitais, clínicas e laboratórios, a empresas pagadoras, como operadoras de planos de saúde e financiadoras.

“É quase que natural a fragmentação no setor é muito grande. Vejo espaço para que mais empresas busquem eficiência através da consolidação com outras”, afirma Rafael Barros, chefe da divisão de saúde e educação da XP Investimentos.

“Nós sempre falamos em sinergia [nesses casos]. E sinergia é isso: tentar melhorar a estrutura para se tornar mais eficiente e ganhar mais musculatura para oferecer um serviço melhor para o maior número de pessoas possível, a preços competitivos. É buscar se tornar mais relevante no mercado.”

A fusão entre Dasa e Amil, se aprovada pelo Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica), formará a segunda maior rede de hospitais do país, com 25 insti-

tuições e 4.400 leitos.

Batizado de Ímpar Serviços Hospitalares, o negócio é uma “joint-venture”, jargão econômico para quando o empreendimento é controlado em conjunto pelas empresas que o formaram. Amil e Dasa terão 50% do capital cada, e o faturamento anual estimado é de R\$ 10 bilhões.

Em tamanho, Ímpar só perde para Rede D’Or — outra gigante formada por M&A (sigla em inglês para fusões e aquisições), que conta com 73 hospitais e 11.700 leitos. A companhia comprou a SulAmérica Seguros, uma das maiores operadoras de planos de saúde do país, por R\$ 15 bilhões em fevereiro de 2022.

Um ano antes, Hapvida e Notredame Intermédica se uniram para formar a maior empresa de saúde suplementar do país, em acordo de R\$ 49 bilhões.

A criação de gigantes, ainda que espaçada, indica uma

nova onda de consolidações.

Antes das cifras chegarem à casa dos bilhões, as fusões e aquisições aconteciam em escala menor, entre empresas do mesmo elo da cadeia.

“Por exemplo, Rede D’Or e a própria Amil compraram hospitais, Dasa comprava laboratórios de diagnóstico, Fleury e Alta olhavam para clínicas de análise. Dos últimos anos para cá, com a pandemia, está acontecendo uma consolidação das consolidadoras”, diz Harold Takahashi, sócio da Fortezza Partners e especialista em M&As em saúde.

“Podemos dizer que, antes, as aquisições aconteciam no varejo e agora acontecem no atacado. E isso é normal. O mercado norte-americano passou pelo mesmo movimento: primeiro cada segmento se consolida, depois ocorrem as consolidações das empresas de maior porte.”

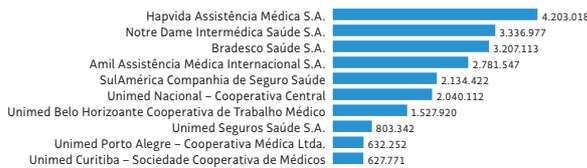
A junção de operações neste momento também visa a

“Antes, as aquisições aconteciam no varejo e agora acontecem no atacado. E isso é normal. O mercado norte-americano passou pelo mesmo movimento: primeiro cada segmento se consolida, depois ocorrem as consolidações das empresas de maior porte”

Harold Takahashi sócio da Fortezza Partners

As 10 maiores operadoras de planos de saúde do país

Por número de beneficiários



Fonte: SIB/ANS/MS - 04/2024

CCJ do Senado aprova projeto que libera jogo do bicho, cassino e bingo; texto vai ao plenário

Cézar Feitoza

BRASÍLIA A Comissão de Constituição e Justiça do Senado aprovou nesta quarta-feira (19) um projeto de lei que autoriza o funcionamento de cassinos, do jogo do bicho e de outras modalidades de jogos de azar.

A votação foi apertada, com 14 senadores favoráveis e 12 contrários. Como o texto teve aval da Câmara em 2022, só resta o plenário do Senado analisar a proposta para que ela seja então enviada à sanção presidencial.

O Congresso Nacional discute o projeto de lei há mais de 30 anos. As tentativas de avançar com a proposta, entretanto, esbarrraram na oposição da bancada evangélica e de setores conservadores do Parlamento, contrários à liberação.

A força dos opositores enfraqueceu nos últimos anos à medida que se intensificou o lobby internacional, com promessas de investimentos bilionários no Brasil e, portanto, aumento na arrecadação de impostos.

A proposta aprovada foi criada há 33 anos, em 1991 pelo ex-deputado Renato Vianna (MDB-SC). O texto original se restringia a revogar os decretos da década de 1940 que

colocavam o jogo do bicho na contravenção.

“Há delitos graves, hediondos, que estarcem a sociedade e que necessitam de árdua e diuturna repressão policial, não a prática de um jogo de azar, enraizado nos costumes e que somente é ilícito porque a lei o mantém como contravenção penal”, justificou o deputado.

A cúpula da Câmara dos Deputados decidiu aproveitar o texto do século passado para, em 2022, ampliar o alcance do projeto e legalizar mais jogos proibidos no Brasil, como cassinos e bingo.

O texto aprovado pela comissão permite a criação de cassinos integrados a complexos de lazer, como prédios ou embarcações. As instalações só receberão aval para funcionamento se tiverem hotéis, shoppings, salões para eventos sociais e restaurantes.

A proposta prevê autorização para até três cassinos-resorts por estado, a depender do tamanho da população da região ou da extensão do território. As empresas precisarão ser credenciadas pelo Ministério da Fazenda para poderem operar seus cassinos pelo prazo de 30 anos, com possível renovação por igual período.

Pelas regras estipuladas pelo projeto, o jogo do bicho não terá cassinos-resorts, por ter uma população de mais de 25 milhões de habitantes. Minas Gerais e Rio de Janeiro têm entre 15 milhões e 25 milhões de habitantes e poderão ter dois cassinos cada. Mesmo sem ter população suficiente, Amazonas e Pará também devem instalar dois empreendimentos por causa de uma exceção à regra, que permite mais cassinos para territórios com mais de 1 milhão de quilômetros quadrados.

Os demais estados e o Distrito Federal só poderão ter um cassino-resort cada. O projeto de lei ainda estabelece que o jogo do bicho deixa de ser contravenção penal e se torna legal. Ele limita, entretanto, a instalação de um jogo do bicho a cada 700 mil habitantes por estado.

O estado do Rio de Janeiro possui 16 milhões de habitantes — poderia abrir, portanto, até 22 casas desse tipo. Se a proposta for aprovada no plenário do Senado, as casas de bingo só poderiam operar as modalidades física (cartela), eletrônica e vídeo-bingo — esta última limitada a 400 máquinas por estabelecimento.

O texto limita o credenciamento de uma casa de bingo a cada 150 mil habitantes por cidade. Estabelecimentos que realizam aposta de turf (corrida de cavalo) terão permissão para operar bingos e vídeo-bingos.

O relator da proposta, senador Irajá (PSD-TO), apre-

sentou nesta quarta um novo parecer retirando trechos que tratavam sobre jogos online. O Congresso aprovou em 2023 outra proposta sobre o assunto.

A discussão sobre a liberação dos jogos de azar desencadeou uma guerra entre lobbies de grupos estrangeiros no Congresso.

Um dos principais pontos de discussão, que fez travar e avançar a proposta nos últimos anos, envolvia a pressão de empresas dos Estados Unidos e da Europa para que o modelo de negócio autorizado pela lei fosse o de cassinos integrados a resorts — com vetos a cassinos urbanos, entre outros formatos.

O próprio senador Irajá foi alvo do lobby quando, em 2022, viajou a Las Vegas para conhecer cassinos e conversar com representantes da empresa Las Vegas Sands, do finado magnata Sheldon Adelson.

Um lobista do jogo do bicho afirmou à Folha que o principal temor com a aprovação da proposta é o número considerado baixo de autorização para pontos de apostas pelas cidades. Ele diz que, no Rio de Janeiro, a abertura de 22 casas do bicho causará uma disputa entre os atuais contraventores.

Outro problema, de acordo com esse lobista, é que os bicheiros que operam os jogos à margem da legislação serão considerados criminosos, e não mais contraventores.

Cimed comprará maior parte das ações da Jequití

ARACAJU O Grupo Silvio Santos decidiu vender a maioria das ações da Jequití Cosméticos, uma de suas marcas mais conhecidas. Fundada em 2006, a empresa vende perfumes e maquiagem a preços populares.

A compradora será a Cimed Farmacêutica, quarta maior do setor no Brasil e dedicada à produção de medicamentos, antibióticos, vitaminas, hormônios e similares.

O negócio deve ser anunciado nas próximas semanas, por valor ainda não definido. As partes negociam a porcentagem da venda.

“O que se sabe é que ela irá à compradora maior poder de decisões na empresa. A Cimed deve adquirir de 50% a 70% dos papéis.”

O Grupo Silvio Santos seguirá com participação e vai ajudar a Jequití a se manter relevante na mídia.

A decisão de venda ocorreu por decisão do Grupo Silvio Santos entendeu que necessitava de um sócio para aumentar investimentos em mercado competitivo.

A Jequití está presente em todo o território brasileiro por meio de 260 mil consultores. Nos últimos anos, houve queda nas vendas, o que pesou para o negócio.

Gabriel Vaquer

JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9019/2024
Processo nº 0008350-87.2023.6.02.8000
O Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, através da Seção de Licitações e Contratos, torna pública a realização de procedimento licitatório, modalidade Pregão Eletrônico, no dia 08 de julho de 2024, às 14h, (horário de Brasília), no site www.comprasnet.gov.br, objetivando a contratação de empresa de terceirização objetivando a contratação de empresa voltada à prestação de serviços terceirizados diversos TEMPORÁRIOS DE APOIO ADMINISTRATIVO - nas modalidades Auxiliar Administrativo II e Supervisor Administrativo, com dedicação exclusiva de mão de obra, nas eleições municipais de 2024. O edital poderá ser obtido nos sites: www.comprasnet.gov.br ou <https://www.tre-al.jus.br/transparencia-a-prestacao-de-contas/contas/licitacoes/licitacoes-prego-2024> ou ainda na Seção de Licitações e Contratos, localizada na Avenida Aristides de Andrada, nº 377 - Favela - Macaíba/AL, 6º andar, mediante gravação em mídia eletrônica (pen drive) trazida pelo interessado. Esclarecimentos: Fone: (82) 2122-7764/7765. Macaíba, 19 de junho de 2024.
Ingrid Pereira de Lima Araújo - Chefe da Seção de Licitações e Contratos

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 044/2024 - ABERTURA
A PREFEITURA MUNICIPAL DE LINS, Estado de São Paulo, torna pública que realizará a abertura de licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO para **REGARGA DE BOTOIJAS DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO - GLP DE 13 KG, GLP DE 45 KG E GLP A GRANEL** - Recombimento da Proposta Eletrônica: 04 de julho de 2024, às 09h30min e Abertura da Sessão: 04 de julho de 2024, às 09h30min. Licitação mista.
Valor do Edital: R\$ 121,21 (Cento e Vinte e Um Reais e Vinte e Um Centavos)
Valor Máximo para contratação: R\$ 183.650,41 (Cento e Oitenta e Três Mil Seiscentos e Cinquenta Reais e Quarenta e Um Centavos).
Os interessados poderão baixar o edital completo no site: www.lins.sp.gov.br e estarão dispensados do recolhimento da taxa de expediente mencionada acima. Maiores informações: Unidade de Licitação - Fone: (14) 3533-4280 ou e-mail: licitacao@lins.sp.gov.br
Lins/SP, 19 de junho de 2024
Marco Antonio Legramandi - Secretário Administração

JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9018/2024
Processo nº 0008466-73.2023.6.02.8000
O Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, através da Seção de Licitações e Contratos, torna pública a realização de procedimento licitatório, modalidade Pregão Eletrônico, no dia 08 de julho de 2024, às 14h30h, (horário de Brasília), no site www.comprasnet.gov.br, objetivando o Registro de Preços visando à prestação de serviço de locação de veículos automotores. O edital poderá ser obtido nos sites: www.comprasnet.gov.br ou <https://www.tre-al.jus.br/transparencia-a-prestacao-de-contas/contas/licitacoes/licitacoes-prego-2024> ou ainda na Seção de Licitações e Contratos, localizada na Avenida Aristides de Andrada, nº 377 - Favela - Macaíba/AL, 6º andar, mediante gravação em mídia eletrônica (pen drive) trazida pelo interessado. Esclarecimentos: Fone: (82) 2122-7764/7765.
Macaíba, 19 de junho de 2024.
Ingrid Pereira de Lima Araújo
Chefe da Seção de Licitações e Contratos